

# A INFORMAÇÃO, A CIDADANIA E A ARTE: elos para a emancipação

Erinaldo Alves\*

## Resumo

Este artigo faz uma análise do percurso informacional, referendada nas concepções de cultura, classificadas por Thompson (1995) em: clássica, descritiva, simbólica e estruturalista ou contextualizada. Discute ainda, de forma sintética, as implicações da informação como objeto de estudo científico e seus desdobramentos teóricos. Traça uma análise conceitual da cidadania a partir da polis grega, da Revolução Francesa e da relação entre o comunismo e o capitalismo até a cidadania numa perspectiva midiática ou planetária e seu desenrolar na contemporaneidade. Após a reflexão sobre a informação e a cidadania, vislumbra-se os reflexos destas questões na área de artes, percebendo as contribuições de Umberto Eco e Max Bense para a construção de uma teoria científica da informação estética, com base na semiótica, culminando numa breve discussão sobre a cidadania cultural e os principais obstáculos que devem ser superados para uma efetiva relação entre a informação, a cidadania e a arte.

## Palavras-chave

INFORMAÇÃO

CULTURA

CIDADANIA

ARTE

CIDADANIA CULTURAL

SEMIÓTICA

INFORMAÇÃO ESTÉTICA

A análise do fenômeno informacional nas relações humanas é referendada pela existência de um sujeito gerador de cultura num contexto histórico-social, pois o funcionamento cultural fundamenta-se na existência de atores sociais. A informação nas relações humanas não atua de forma isolada, nem tampouco o processo de emissão e recepção da informação ocorre de forma neutra, mas reflete uma visão de mundo e, conseqüentemente, um posicionamento na sociedade. A assimilação da informação está relacionada à significação, precedendo de uma funcionalidade proporcionada pela vinculação cultural. A cultura é o processo ou conjunto de valores que dão significação a informação, atribuindo-lhe uma função e possibilitando sua assimilação, retenção e transmissão. A informação tem como lastro as transformações ocorridas na cultura, pois cultura e informação são conceitos/fenômenos interligados pela sua própria natureza.

A cultura é responsável pelas relações simbólicas do indivíduo com a realidade, sendo também "produto construído coletivamente pelos sujeitos sociais, através de suas ações e

---

\* Professor do Departamento de Artes e mestrando em Ciência da Informação na UFPB

representações, as quais, num sentido moderno, são práticas de informação" (MARTELETO, 1994, p 115).

Como a cultura é responsável pela significação do processo informacional, faz-se necessário analisar a informação a partir desta perspectiva. Thompson (1995), ao elaborar uma teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa, empreendeu um estudo analítico sobre a cultura, identificando várias concepções que foram classificadas em clássica, descritiva, simbólica e estrutural ou contextualizada.

A concepção clássica entende a cultura como um "processo de desenvolvimento facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos e ligado ao caráter progressista da era moderna" (THOMPSON, 1995, p. 170). Esta concepção remonta às tradições greco-romanas que associava a cultura com o cultivo ou cuidado de alguma coisa, sendo entendida inicialmente como a guarda de grãos ou animais e, nos meados do século XVI, era vislumbrada como cuidado da mente, "trazendo consigo a idéia de cultivo e transmissão de hábitos, valores e conhecimentos capazes de preparar o futuro adulto e proporcionar o seu ajustamento à ordem social, enquanto indivíduo"(MARTELETO, 1994, p. 116).

No final do séc. XVIII, na França e Inglaterra, a concepção de cultura era sinônimo ou antônimo de "civilização", fruto da concepção iluminista, que preconizou o processo progressivo de desenvolvimento humano. A relação entre cultura e prática informacional ocorria a partir da associação e compreensão etimológica da cultura na língua alemã.

A Germânia estabeleceu dois termos para referir-se à cultura: Kultur e *Livilation*. No primeiro termo, havia a associação da assimilação introspectiva da ciência e da arte e o segundo termo preconizava a aquisição de regras sociais. Por isto, a concepção clássica de cultura "privilegia alguns trabalhos e valores em, relação a outros; trata esses trabalhos e valores como a maneira pela qual os indivíduos podem se tornar cultos, isto é, enobrecidos na mente e no espírito" (THOMPSON, 1995, p. 170).

Neste momento, a ênfase iluminista contribuiu para a inserção da racionalidade, como pólo contrário a efusão mística prevalecente no sistema feudal e o "progresso como aumento indefinido do conhecimento e sua aplicação, tanto no aperfeiçoamento humano, quanto no processo de acumulação, garantindo a expansão e reprodução da vida simbólica e material das sociedades" (MARTELETO, 1994).

Este processo de supressão da metafísica e da religião foi denominada por Weber como "racionalização", processo que separou o mundo cultural do ocidente em três domínios: a ciência, a moral e a arte. Esta repartição racional fez emergir instituições e especialistas, segmentando o conhecimento cultural.

A construção discursiva e informacional sobre a realidade passou a depender da análise de especialistas, ocorrendo a "cisão entre os produtores e os consumidores culturais: os não-especialistas ou aqueles que não produzem os bens culturais, mas que dependem desses produtos para dirigirem suas vidas, se relacionarem uns com os outros, na sua atividade produtiva ou no seu cotidiano"(MARTELETO, 1994, p.116-7).

Neste contexto, o séc. XVIII despontou a necessidade de tornar público as elaborações culturais como matéria informacional, seja em seus componentes estéticos, sócio-políticos ou técnico-científicos. Neste período, considerado como fase de expansão nacional, as informações eram:

[...] veiculadas de maneira restrita e muitas vezes no âmbito privado, ora para obtenção de dados referentes a mercados distanciados da metrópole, ora para comunicar ao público as notícias do reino ou a legislação elaborada pelo judiciário e que continha as decisões do Estado. Tratava-se de informações com via única, dos poderes que se estabeleciam para um público em formação (MARTELETO, 1994, p.117).

Assim, a concepção clássica de cultura tem como contexto a revolução burguesa,

enquanto processo de ruptura social na esfera econômica, política, cultural e religiosa, promovendo a separação entre produção e consumo cultural e a veiculação da informação de forma restrita e unilateral.

O Surgimento da antropologia, no final do séc. XIX, proporcionou o estudo comparativo da cultura, tendo como parâmetro a visão ocidental, proporcionando o surgimento da antropologia, enquanto ciência. A antropologia foi influenciada pelo positivismo - que tem como pressuposto básico a observação para a comparação e a ordenação de dados reais -, e pelo evolucionismo, com a preocupação da classificação das espécies.

Na concepção descritiva, a cultura foi considerada como "o conjunto de crenças, costumes, idéias e valores, bem como os artefatos, objetos e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de um grupo ou sociedade" (THOMPSON, 1995, p.173). Esta concepção de cultura contribuiu para a cientificização cultural, enfatizando as descrições culturais para o estabelecimento de classificações de acordo com as características fisiológicas e herança social, suscitando o surgimento de dois ramos da antropologia: a física e a cultural.

Neste momento, há o fortalecimento das nações européias que ampliaram suas indústrias e o seu mercado. No sistema educacional deste período é notória a influência das idéias do filósofo John Herbart (1776-1841), que preconizava a cientificização da educação, contemplando-a como capaz de resolver os problemas sociais e desenvolver culturalmente o indivíduo. Percebe-se ainda, o florescimento das idéias liberais emanadas de visões idealistas que vinculavam o acesso cultural às qualidades inatas e às origens de classe social.

Denomina-se este período de "fase transnacional" porque foi marcada pela consolidação da sociedade civil, conquista do direito do voto, expansão da imprensa, ampliação do sistema educacional e pela ampliação da circulação da informação.

A ênfase na cultura, enquanto produção de símbolos, encontra em Clifford Geertz (1978), o seu maior representante. As idéias de Geertz foram apoiadas nos pressupostos teóricos de Peirce (1839-1914), fundador da semiótica. A semiótica defende que "os objetos não regem as representações, mas as representações remetem a outras representações, constituindo aquilo a que chamamos mundo e cultura" (RABAÇA; BARBOSA, 1995, p. 622). A partir daí, Geertz elabora uma interpretação das culturas apoiado na elaboração de significados e interpretações simbólicas, suscitando a concepção semiótica de cultura na antropologia.

Desta forma, a concepção simbólica de cultura pode ser entendida como "o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objeções significativas de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças" (THOMPSON, 1995, p 176). Neste período, registra-se a frustração dos ideários positivistas de progresso social, que concebia a evolução da sociedade a partir dos avanços tecnológicos, tendo em vista que, ao invés do consenso social, emergiu uma série de questionamentos dos paradigmas epistemológicos da techno-ciência moderna.

Estes questionamentos provocaram a crise de cultura no ocidente fomentada por um discurso crítico "que vai buscar na sua expressão material e simbólica, e na estrutura da sociedade da qual ela é a expressão, a dimensão do poder de dominação nela contida. A idéia de cultura se politiza" (MARTELETO, 1994, p.117).

Desta maneira, o desenvolvimento da antropologia vai delinear concepções de cultura baseadas na descrição cientificizante e numa versão semiótica dos símbolos culturais fomentando diversos tipos de informação impulsionados pelo desenvolvimento de novas tecnologias.

A concepção estrutural ou contextualista contempla a cultura como "o estudo das formas simbólicas - isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos - em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e

por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas" (THOMPSON, op.cit., p. 181). Nesta perspectiva, a cultura é vista como emanadora de formas simbólicas, vinculada ao veículo ou suporte informacional estruturado socialmente numa determinada realidade, ou seja, a cultura refere-se aos bens simbólicos produzidos e difundidos pelo circuito de distribuição comercial, dentro de um mercado de circulação monetária ou estatal" (MARTELETO, 1994, p.117).

Os bens simbólicos na sociedade midiática, dentro de um contexto capitalista e industrial ocidental, funcionam através de campos culturais, deflagradores de ações e interações de produção, circulação e consumo dos sentidos, onde os indivíduos estão situados "em determinadas posições dentro de um espaço social e seguem no curso de suas vidas, determinadas trajetórias. Essas posições e trajetórias são determinadas, em certa medida, pelo volume e distribuição de variados tipos de recursos ou 'capital'" (BOURDIEU *apud* THOMPSON, 1995, p.195).

A modernidade delimita como modelo para estes campos a racionalidade, que trata a informação como fator de coerência e coesão nos conflitos sociais, dando "aparência de dispersão e neutralidade ao que é reproduzido como homogêneo e indivisível – o conhecimento racional" (MARTELETO, 1994, p.122). O processo de mediação da cultura moderna está associada ao caráter simbólico da vida social, aos padrões de significado incorporados às formas simbólicas compartilhadas na interação social, inseridas em contextos sociais estruturados que envolvem relações de poder, conflitos de interesses e desigualdades distributivas de recursos (THOMPSON, 1995, p 23).

Neste contexto, a veiculação da informação ocorre de forma planetária, contemplando respostas fornecidas pela tradição cultural, enquanto conjunto de idéias coletivas de uma sociedade. As instituições passaram a ser vistas como produtoras, processadoras e disseminadoras de informações, sendo elemento mediador das práticas, das representações e das relações humanas entre os agentes sociais.

O processo de veiculação da informação é capaz, dentre outras coisas, de promover modificações na forma de olhar e explorar o mundo. Desta forma, quanto maior for a circulação e usufruição da informação, mais abundante será as revoluções e transformações que ocorrerão na sociedade. Deste modo, a circulação da informação também tem sido responsável pela efusão das revoluções científicas e constantes quebras de paradigmas. A quebra de paradigmas ocorre na medida em que a informação adentra nas comunidades científicas, fazendo surgir as chamadas "anomalias", pois "o mundo do cientista é tanto qualitativamente transformado como quantitativamente enriquecido as novidades fundamentais de fatos ou teorias" (KUHN, 1995, p. 27).

O grande avanço das tecnologias fez surgir redes de difusão da informação, transformando o mundo, conforme preconizou McLuhan, numa "aldeia global" e desencadeando a crise das crises paradigmáticas. A grande capacidade de promover revoluções fez a informação ser alvo do olhar de várias áreas do conhecimento. Isto ocorreu a partir de 1950 e, mais especificamente, nas décadas de 1960 e 1970, pois neste período quase todas as disciplinas científicas fizeram da informação uma espécie de epicentro epistemológico (MOSTAFA, 1994, p. 22).

Este novo enfoque sobre a informação, numa perspectiva transdisciplinar, é uma característica da chamada pós-modernidade, contexto do surgimento de uma nova ciência: a Ciência da Informação. A Ciência da Informação tem sua gênese na década de 1960, fruto de diversos debates ocorridos no Georgia Institute of Technology, em outubro e abril de 1961. O aparecimento desta ciência ocorreu "num momento preciso da história da cultura, em que a produção cultural e, nela, a produção científica foram tidas como o lado imprescindível da acumulação do capital" (MOSTAFA, 1994, p. 22). Desta forma, antes da segunda guerra mundial, a informação era vista como algo significante das relações humanas, sem maiores contemplações teóricas, mas, depois deste evento, a informação passou a ser alvo de análises

epistemológicas.

A informação, enquanto objeto de estudo científico, passou a ser contemplada num processo de construção teórica, porque "a descoberta de um novo tipo de fenômeno é necessariamente um acontecimento complexo, que envolve o reconhecimento tanto da existência de algo, como de sua natureza" (KUHN, 1995, p. 81). Sabe-se, no entanto, que sustentar a noção de ciência somente a partir da natureza dos fenômenos é algo arriscado e sem base argumentativa para a comunidade científica, pois trabalha-se a produção de teorias, através do estudo sistematizado e experimental da realidade para que se consiga descobrir as relações causais entre fenômenos, estabelecer generalizações e levantar leis científicas, na explicação de fatos e predição de eventos diante do mundo que nos cerca (BARBOSA FILHO, 1980, p. 4)

A argumentação teórica sobre a informação, enquanto fenômeno sócio-histórico de investigação científica, fez surgir diversas abordagens derivadas dos interesses dos pesquisadores, pois "o como se olha é uma construção voluntária e intencional de uma maneira de olhar" (FERNANDES, 1995, p. 16).

Assim, apresentaremos, sucintamente, as principais análises epistemológicas do fenômeno informacional e suas conseqüências na sociedade. Baseamos as nossas argumentações, contemplando o objeto informacional a partir de três "olhares", apontados por Marteleto (s/d) como: imaginário ou artefato, instituição e bem cultural. É importante ressaltar que estas três elaborações discursivas tem na cultura o seu núcleo central.

A informação, enquanto artefato cultural pressupõe a intervenção intencional humana no registro, arquivamento e difusão deste fenômeno. Assim, a informação como artefato considera que ela "foi criada num tempo, espaço e formas específicas, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada - o contexto de sua geração. Sendo artefato, ela pode ser utilizada num contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo portanto passível de recontextualização" (PACHECO, 1995, p.21).

Nesta perspectiva, a informação é vista na contemporaneidade como algo que dá suporte a ação dos homens, estando o conhecimento fundamentado nos fragmentos de diversas culturas. Na contemporaneidade, em virtude da globalização, as particularidades regionais e especificidades de determinados grupos sociais estão cada vez mais se dissipando, desvinculando a informação de uma identidade cultural. Na atualidade, a dinâmica e volume da informação são em tão grandes proporções que necessita de sofisticados bancos de dados, suplantando assim o cérebro humano e priorizando o suporte e características sociais da informação.

Outra visão científica da informação relaciona-a com a gestão informacional. Esta concepção entende que a explosão informacional, desencadeada no período do pós-guerra, teve como conseqüência o surgimento de três instituições modernas: o sistema produtivo capitalista, o Estado com os serviços de utilidade pública e a ciência.

Estas instituições, ao promoverem explosões informacionais, "tomam a si a tarefa de administrar tudo o que se sabe à quase totalidade, estabelecendo meios de controle e difusão. A tal ação denominamos 'gestão dos saberes'" (FERNANDES, 1995, p. 27). A gestão institucional dos saberes tem como produto a informação que é posta como um meio para (re)ligar aquilo que foi separado. Para esta concepção, o objeto de estudo da informação são "as ações exercidas pelas instituições (e não por pessoas) modernas sobre o fluxo de saber produzido pela sociedade e seus reflexos sobre esta última" (FERNANDES, 1995, p. 27).

Estas ações são desencadeadas através de duas dimensões: a dimensão conjuntista-identitária (lógica) e a dimensão imaginária. Na primeira dimensão, trabalha-se com os aspectos externos visíveis como elementos, classes, propriedades, tendo como esquema dominante a determinação. Na dimensão imaginária, utiliza-se o esquema de significação relacionada ao modo de funcionamento, denominado remetimento. Desta maneira, esta concepção enxerga a informação como gestão de saberes institucionais, investigando as formas de ação das instituições para gerar o fluxo e refluxo da informação. Outra argumentação sobre o objeto de

estudo da ciência da informação entende este fenômeno como um bem cultural. Estes pressupostos baseiam-se nos fundamentos antropológicos e sociológicos do francês Pierre Bourdieu. Bourdieu trata das questões da mediação entre o agente social e a sociedade. Esta mediação ocorre, em virtude da formação do *habitus* e da presença de campos sociais, enquanto espaço de posições e de trajetórias.

A modernidade foi responsável por um processo de autonomização das relações de produção, circulação e consumo dos bens culturais aparecendo campos autônomos de produção e reprodução cultural (artístico, filosófico, científico, educacional) e campos de distribuição e consumo (as editoras, bibliotecas, arquivos, museus e a própria indústria cultural), implementadas por um mercado de ofertas e consumo dos bens culturais.

Esta concepção entende que a contemporaneidade está dividida em campos de produção simbólica, vislumbrando a informação "como elemento que organiza o que, por natureza, é disperso e conflitual - as relações sociais - e que dá aparência de dispersão e neutralidade ao que é produzido com (sic) homogêneo e indivisível - o conhecimento racional" (MARTELETO, s/d).

Após a análise do processo informacional, faz-se necessário percebermos sua vinculação com a questão da cidadania. O termo cidadania deriva da designação "cidadão", proveniente do latim "civitas", que corresponde ao grego "polis" e significa "cidade". Refere-se à relação dos indivíduos conscientes da sua vida urbana, através do exercício dos seus direitos e deveres.

A cidadania remonta à organização social da sociedade grega. A cidadania grega não era plena, em virtude da existência de condições subalternas (que envolviam as mulheres e as crianças) e a presença de escravos. A estrutura da sociedade grega era reflexo da concepção filosófica de alguns pensadores da época, como é o caso de Aristóteles. Aristóteles concebia o homem como um animal da "polis", que desenvolvia suas potencialidades, vivendo em sociedade e participando da vida pública na condição de cidadão. Esta concepção evidenciou a "liberdade política, o 'bem-viver', isto é, o viver de acordo com os valores de uma comunidade virtuosa e justa" (ROSENFELD, 1990, p. 7-8).

Na sociedade grega havia uma preocupação coletiva, compreendendo que as ações individuais incidem sobre a coletividade. Estas ações individuais ocorrem através da esfera pública e privada, visando a uma "relação de iguais como a da polis significando, portanto, que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, sem violência" (MANZINI-COVRE, 1995, p. 16 e 17). A forma como a cidadania foi desenvolvida e articulada na Grécia pode ser entendida como uma concepção clássica de cidadania.

Outro momento importante na construção sócio-histórico-conceitual da cidadania ocorreu com a ascensão da burguesia ao poder, a partir da deflagração da Revolução Francesa, anunciando uma relação jurídica centralizada no chamado Estado de Direito. A revolução francesa considerou universalmente a igualdade de todos os homens, promulgando a Declaração dos Direitos do Homem (1789). É importante ressaltar que a implantação da cidadania e do Estado de Direito não são conquistas meramente burguesas, mas fruto de todo um processo histórico de transição entre o feudalismo, o capitalismo e a participação dos segmentos subalternizados.

A ascensão da burguesia ao poder fez suscitar a concepção idealista da cidadania, subsidiada pelo pensamento dos intelectuais do novo regime, preocupados com a condição do homem livre diante do sistema político em desuso (feudalismo). A concepção burguesa de cidadania foi representada por filósofos que pertenceram à fase de implantação do projeto burguês, como Locke, Rousseau e Kant. Da fase de consolidação, destaca-se Augusto Comte.

O cristão inglês John Locke (1632-1704), defendia o direito do homem à liberdade dentro do Estado e a "separação entre o pensamento liberal de tendência capitalista, com alguns postulados éticos cristão, pela quase absolutização do direito de propriedade, desvinculando-o da destinação social de seus produtos" (CAVALCANTI, 1988, p. 123). Locke trabalhou a idéia de cidadania, a partir da propriedade do corpo e de sua ação pelo trabalho, considerando também

o desempenho dos animais e dos escravos vinculados aos seus padrões. Enfatiza o individualismo pela atuação diligente e o uso da racionalidade em detrimento dos preguiçosos e dos incapazes. Preconiza a ideologia capitalista ao enfatizar a lei dos mais aptos e da competição, onde "assenta-se aí, também, uma construção da cidadania que desenha a desigualdade" (MANZINI-COVRE, 1995, p. 26).

Jean-Jacque Rousseau (1712-1778), influenciado pelas concepções antropológicas, defende a existência de regras sociais para orientar as relações entre os indivíduos, amenizando as ações de dominação e de exploração entre os homens. Rousseau não separa igualdade econômica da ação política, posicionando-se contrário ao processo escravocrata, pleiteando "uma preocupação contra a exploração de uns pelos outros, e também no modo pelo qual toma o exercício da cidadania, entremeada no nível econômico e político sem disjunção entre liberdade e igualdade" (MANZINI-COVRE, 1995, p. 26).

Em Kant (1717-1804), há uma ênfase ao Estado do Direito para a manutenção da paz perpétua, pois o Estado de Direito pode assegurar o desenvolvimento necessário ao progresso da humanidade, sem retornar à barbárie primitiva. É o instrumento pelo qual se pode viver civilizadamente. Kant defende a presença de leis para reger os indivíduos, devendo estes fazer uso público da própria razão e estar num processo contínuo de crítica às leis, se consideram que elas são injustas, para que exista um processo também contínuo de reformulação desse Estado de Direito (MANZINI-COVRE, 1995, p. 26).

A concepção burguesa e idealista de cidadania também teve uma preocupação com a manutenção e consolidação da burguesia. Este enfoque emergiu com os posicionamentos defendidos por Augusto Comte (1798-1857). Comte preconiza a existência de uma cidadania atrelada aos interesses do Estado para manter o sistema vigente, pois "a política positiva não reconhece nenhum direito além do de cumprir o dever, e, assim, nega categoricamente a própria existência do direito como tal" (RIBEIRO JR., 1991, p.25). A individualidade é subestimada em prol da existência coletiva, não havendo lugar para a liberdade de consciência, tendo em vista que o positivismo "não admite senão deveres de todos para com todos, pois que seu ponto de vista, sempre social, não pode comportar nenhuma noção de direito, constantemente fundada na individualidade" (RIBEIRO JR., 1991, p.26).

A concepção burguesa de cidadania, aqui denominada idealista, revela diversas divergências no que concerne ao reconhecimento de direitos e deveres do cidadão. Estas divergências são marcadas pelas próprias contradições de uma classe, que se revela revolucionária e ao mesmo tempo conservadora, a partir da sua posição enquanto classe dominante e dirigente. No entanto, esta concepção idealista de cidadania aponta para a importância do Estado de Direito com a presença de cartas constitucionais para reger as relações sociais, sem deixar de considerar a luta contínua dos indivíduos para que estas regras jurídicas sejam respeitadas.

A permanência da burguesia, enquanto classe dominante e dirigente que domina e explora os indivíduos por intermédio do capital, faz suscitar, dentre outras, as posições austeras de Karl Marx (1818-1883). Marx valorizou o trabalho, exigindo a sua valorização no sistema capitalista, mostrando que a ascensão da burguesia ao poder foi marcada por um processo histórico revolucionário e que só outra revolução poderia desalojá-la, constituindo uma nova classe dirigente: a do proletariado.

A defesa dos interesses do proletariado fez emergir o que denominamos de concepção crítica da cidadania. Nesta concepção, "a força de trabalho, essa mercadoria especial pode pressionar de diversas formas e fazer valer esses direitos" (MANZINI-COVRE, 1995, p.36). A partir de Marx, compreendesse que...

[...] não pode haver cidadania se não houver um salário condigno para a grande maioria da população. O trabalhador, enquanto mercadoria, deve lutar para obter certa equivalência na troca estabelecida com o capitalista e o Estado. É preciso que ele tenha acesso aos bens que complementam sua vida (habitação,

saúde, educação) e que compõem os chamados direitos sociais" (MANZINI-COVRE, 1995, p.37).

Esta concepção da cidadania crítica faz emergir outro entendimento da ação do cidadão num contexto globalizante que atua diante das novas formas de dominação dos sentidos, implementando atitudes acirradamente individualista e consumista.

Chamaremos esta forma de pensar a cidadania diante da formação de oligopólios, centralização de poderes, florescimento da techno-ciência e das relações midiáticas sobre o indivíduo de "concepção globalizada da cidadania". Esta concepção pós-moderna de cidadania surge no contexto da sociedade numa fase planetária, dentro de uma ação globalizante.

Chamamos de globalização ao processo de aceleração do capital através de uma integralização dos mercados econômicos nacionais em grandes blocos de produção e circulação em junção a amplas redes de informação que, apoiada na tecnologia, impõe o surgimento de nações transnacionais. É no contexto da globalização que se retoma a valorização da subjetividade e do sujeito como indivíduo e como ator social.

A revalorização do sujeito ocorre em virtude das ações globais midiáticas, que "midiocrizam" os indivíduos através de informações unilaterais e massificadas que despersonalizam o sujeito, exigindo deste, enquanto cidadão, posições e atitudes que transponham o homogêneo e que fomentem condições "para a elaboração da autoconsciência para si, então a cidadania se realiza como soberana" (IANNI, 1993, p.114).

O desenvolvimento da autoconsciência para a realização de uma cidadania soberana perpassa pelas relações de poder que conjugam os Estados de Direito, delineados nas concepções de cidadania enfocados anteriormente, e na construção de um novo projeto de ação do cidadão que contemplem as relações midiáticas, pois "a manutenção e a expansão dos direitos de cidadania repousarão, crescentemente na luta por controle sobre as formas de poder características da sociedade semiótica" (GILBERT, 1995, p. 42).

A cidadania na pós-modernidade, vislumbra a política cultural como um novo ingrediente para a construção de uma sociedade emancipada, pois possibilita "interpretar e produzir os significados através dos quais a experiência é representada tornando-se uma importante dimensão dos direitos da cidadania, junto com os de direitos pessoais, e de contrato, participação política e bem-estar" (GILBERT, 1995, p.46). A concepção globalizada da cidadania é uma marca da pós-modernidade, pois agrega a política cultural em junção com os direitos civis, políticos e sociais da cidadania tradicional.

Esta concepção de cidadania contempla as novas formas de dominação na contemporaneidade, através das formas simbólicas, que são bastante sutis e por isto perigosas. O importante é a descoberta do sujeito consciente destas formas de manipulações semióticas, pois "ninguém descobre-se sujeito social, sem antes surpreender-se como objeto manipulado de fora. [...] Todo processo emancipatório começa com o questionamento crítico, ou seja, com a descoberta e a recusa da condição de objeto" (DEMO, 1990, p. 57).

Assim, para a concretização da emancipação, enquanto alvo da cidadania, contempla-se a capacidade de perceber as novas maneiras de promoção da desigualdade, no momento que "faz parte do processo de emancipação o reconhecimento tanto da desigualdade como estrutura, quanto como história" (DEMO, 1990, p. 60). Este desenrolar das novas formas de cidadania persegue a emancipação como alternativa para a equalização de oportunidades, opondo-se aos privilegiados do sistema.

Desta forma, a ação da cidadania na pós-modernidade reforça a importância que deve ser dada ao que denomina-se cidadão global, pois só existe o cidadão global se estiver devidamente informado sobre os acontecimentos transnacionais. Esta postura globalizante compreende também as relações étnico-culturais, porque...

[...] ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as

práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades (CANCLINI, 1995, p. 22).

A presença das ONG's (Organizações Não-Governamentais) e dos movimentos sociais têm contribuído para a "redefinição do que se entende por cidadão, não apenas em relação aos direitos à igualdade mas também em relação aos direitos à diferença" (CANCLINI, 1995, p. 22). O cidadão global, na verdade, precede do acesso aos bens materiais e simbólicos e das mediações midiáticas, permanecendo a informação como um direito de todos.

Assim, há um elo intrínseco e interdependente entre informação e cidadania que foi se acentuando à medida das transformações sócio-culturais e tecnológicas da humanidade. Desta forma, a informação em relação a cidadania é "um bem comum, que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação, dignidade pessoal. Isto porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los e isto é informação" (TARGINO, 1991, p.155).

A ação do cidadão na sociedade globalizada acirra os elos entre informação e cidadania em prol da emancipação, enquanto instigadora da elaboração de projetos próprios de desenvolvimento e reconhecimento das injustiças sociais, pois ser cidadão neste contexto é:

ter consciência de seus deveres e acesso a seus direitos. A cidadania se manifesta e se constrói a partir dessa conscientização e da participação política e social dos homens na sociedade, o que pressupõe o acesso a informações variadas e atualizadas, quaisquer que sejam os suportes físicos: livros, discos, fitas, filmes, bases de dados, CD-ROM, a sofisticada rede de informação científica, Internet (TARGINO, 1991, p. 155).

Torna-se importante considerar também a postura da cidadania diante da proposta pós-liberal do "Estado de Bem-Estar" (Welfare State). O Estado de Bem-Estar é uma posição pós-liberal mesclada de liberalismo e socialismo, no sentido de se colocar como uma opção político-social diante da crise que enfrenta o marxismo projetado pela queda do império russo e do muro de Berlim. Esta proposta pós-liberal privilegia a igualdade, "a preocupação com a distribuição e justiça social do socialismo, despojando-se do cerceamento à liberdade do socialismo existente, bem como mantém a liberdade do capitalismo, sem reter o seu caráter de exploração intensa da etapa liberal" (MANZINI-COVRE, 1995, p. 45).

Esta proposta surgiu como uma alternativa tecnocrata-administrativa para enfrentar o avanço da organização operária conformando-os ao capitalismo. O "Welfare State", revela-se assim, um nível de cidadania que avança, mas também desmobiliza porque cria a expectativa de uma pseudo-satisfação, a partir do consumo vinculado aos meios de comunicação, que procura tirar do trabalhador o caráter político desenvolvido durante décadas na luta pela sobrevivência, despojando-o da qualidade humana herdada da polis grega (MANZINI-COVRE, 1995, p. 45-7).

A cidadania, neste contexto, vislumbra alternativas através da subjetividade para perceber os meandros existentes no ato de consumir. Há no consumo, conforme defende Canclini (1995), formas de estabelecer valores e posições diante das ofertas do consumismo e da valorização do efêmero. Neste sentido, a informação entra como uma alternativa para a elaboração de novas propostas de encaminhamento da cidadania, reforçando a subjetividade e estimulando novas ações sociais em prol de uma sociedade emancipada, projeto utópico na concretização da cidadania.

As questões relacionadas à informação e à cidadania mantêm importantes vínculos com a arte. O fenômeno informacional tem sido alvo das preocupações de diversos estudiosos da estética, que tem formulado algumas teorias que contemplam a informação como preocupação estética e suas conseqüências no processo de produção e apreensão da obra de arte. Assim, em virtude das limitações deste trabalho, pretendemos analisar os principais momentos em que a

informação passou a ser pensada e elaborada como teoria para a fundamentação de concepções estéticas, apresentando, sucintamente, as discussões referentes a uma cidadania que contempla o direito a uma democratização do acesso à arte.

Etimologicamente, o termo arte é inerente à cultura da latinidade. A arte é proveniente do verbo latino "Ágere" - que significa "**agir**" - neste sentido, a arte significa, simplesmente, uma ação individual, ou seja, corresponde à noção do trabalhar, produzir, realizar atos transformativos da matéria com inteligência e habilidade (BARILLI, 1994, p.20). Desde os primórdios, portanto, a arte tem sido compreendida como uma atividade fundamental do ser humano e tem em sua própria essência a informação.

No entanto, a contemplação da arte, como teoria da informação sistematizada e de cunho científico, foi mais articulada teoricamente no início do século XX, destacando-se as chamadas estéticas informacionais, de base semiótica, e a semiótica em si, como importantes movimentos ratificadores da arte como informação numa perspectiva científica.

A teoria das estéticas informacionais floresceram durante os anos de 1960, sobretudo na Europa, e tinham como objetivo básico a construção de modelos matemáticos rigorosos, capazes de avaliar (ou melhor quantificar) a informação estética contida num objeto dotado de qualidades artísticas. Os principais expoentes desta teoria são Abraham Moles e Max Bense. Estes autores buscavam aplicar à produção artística princípios formulados na junção da teoria da informação com a cibernética. As estéticas informacionais visavam à objetividade racional e científica da apreciação do objeto artístico, a ponto de se poder formular algoritmos capazes de auxiliar programas de computadores na identificação de produtos dotados de alta carga informativa original (MACHADO, 1996, p. 21 ).

Assim, dentro dos pressupostos das estéticas informacionais, destacaremos a contribuição do filósofo alemão Max Bense. O pensamento estético de Bense, entende a informação como "a remoção geral [...] de um desconhecimento e a remoção de um desconhecimento deve ser valorizada como conhecimento"(BENSE, 1975, p.79).

Bense dividiu a informação como métrica, estrutural e seletiva. A informação métrica é determinada pelo número de elementos não-diferenciáveis, isto é, as unidades de experiência que são fornecidas de modo causal, empírico e indicial, os quais constituem o esquema de identificação. A informação estrutural é aquela que lida com a possibilidade de diferenciar os esquemas informacionais, classificando-os em grupos ou classes. A informação seletiva é o processo de produção de símbolos, tendo em vista os passos ou decisões tomadas para a sua elaboração.

Bense entende a arte como um processo de signos, correspondendo a um sistema-suporte físico, relacionado as estruturas dos códigos artísticos empregados. Este autor, elabora assim, algumas categorias de análise estética e dentre elas há a distinção entre entropia e informação. A entropia é entendida como "a medida para a probabilidade da termodinâmica, que determina o grau de desordem, no sentido de distribuição uniforme [...] dos elementos de um sistema [...] e a informação é a medida para o grau de ordem, correspondente a uma distribuição improvável, selecionável, excepcional de elementos" ( BENSE, 1975, p.157).

Em suma, Max Bense, influenciado por Hegel, não considera que há uma idéia da beleza, pois o próprio do objeto estético é a sua co-realidade ou realidade estética, por isto propôs uma estética informacional que opera com meios semióticos, matemáticos e cibernéticos, responsáveis pela concretização dos estados estéticos observáveis nos diversos objetos.

A semiótica desponta como uma ciência geral dos signos ou como a ciência dos sistemas de signos (COUTO, 1983, p.15). O surgimento da semiótica ocorreu com "a proliferação histórica crescente das linguagens e códigos, dos meios de reprodução e difusão de informações, proliferação esta que se iniciou a partir da Revolução Industrial - vieram gradativamente inseminando e fazendo emergir uma consciência semiótica" (SANTAELLA, 1994, p.15).

Dentre os representantes da semiótica, o de maior destaque é o lógico e filósofo Charles Sanders Peirce (1839-1914). Peirce, tendo como referência a faneroscopia ou fenomenologia,

empreendeu estudos para classificar os signos, seus efeitos sobre o receptor e suas conseqüências interpretantes, sua análise no fundamento do signo e no objeto ou referente.

A semiótica trata também da teoria da comunicação, sendo esta utilizada como base para proposições estéticas. Para a semiótica, uma fonte de informação produz a mensagem ou seqüência de mensagens a ser enviada ao terminal receptor. O transmissor faz da mensagem algo passível de ser transmitida pelo canal. Já o canal é meramente o meio usado para transmitir o sinal do transmissor ao receptor (COUTO, 1983, p. 68).

A partir das contribuições epistemológicas e gnosiológicas da semiótica, alguns teóricos da estética desenvolveram teorias que tem como base a ação da informação artística no processo de produção e recepção da obra de arte. Poderíamos citar, como um exemplo, as reflexões de Umberto Eco na defesa do que ele chamou de “Obra Aberta”.

Eco entende a obra aberta como a possibilidade que tem o objetivo artístico de desencadear várias leituras para um mesmo usuário, exigindo uma atitude de cogenialidade do público com o autor (RABAÇA; BARBOSA, 1995, p.614). Para explorar a relação de metanarrativa da obra de arte com o espectador, Eco propõe uma teoria da informação que considera o fenômeno informacional como um Bit ou Sinal Binário. Nesta concepção, a informação “não é tanto o que é dito, mas o que poder ser dito. A informação é a medida de uma possibilidade de escolha na seleção de uma mensagem” (ECO, 1983, p.101).

Umberto Eco considera ainda que a informação representa a liberdade de escolha que temos ao construir uma mensagem, e portanto deve ser considerada propriedade estatística das mensagens. Neste caso, a informação oferece diversas possibilidades de combinações na sua gênese ou construção, tendo um valor que é quanto maior quanto mais numerosas forem as escolhas possíveis.

O processo de elaboração da informação artística ocorre através de diversas escolhas que permite e pressupõe o domínio dos códigos para a transmissibilidade da informação, pois o “código representa um sistema probabilidades sobrepostas à aequiprobabilidade do sistema inicial, para permitir dominá-lo comunicativamente” (ECO, 1983, p.104).

Desta forma, o código é definido como “sendo o sistema que estabelece 1) um repertório de símbolos que se distinguem por oposição recíproca; 2) suas regras de combinação; 3) e, eventualmente, a correspondência termo a termo entre cada símbolo e um dado significativo” (ECO, 1983, p.105).

A informação estética não está preocupada com um significado “habitual” através de estruturas convencionais, mas na mensagem ou significante como uma “forma geradora de sentido, que se enche de acúmulos de demonstrações e conotações graças a uma série de códigos e léxicos que estabelecem suas correspondências com grupos de significados” (ECO, 1983, p.119).

Desta maneira, a fonte geradora da informação é variada, a sua veiculação é transmissível e desencadeadora de interpretações múltiplas ou abertas. É a informação geradora promovendo múltiplas informações no receptor.

Relacionada à cidadania, podemos dizer que a arte se concretiza como uma fonte de informação desencadeadora de posturas no que concerne a viabilização de oportunidades de produção, assimilação e criação artística. A este processo de utilização dos direitos à fruição artística denominamos de cidadania cultural.

A cidadania cultural pode ser entendida como “a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação” (CHAUI, 1992). Sabemos, no entanto, que a cultura tem sido um direito de poucos, em virtude do acesso socialmente diferenciado. A concepção da cidadania em relação à arte, pressupõe que todos os cidadãos têm direito à apropriação da cultura, bem como, à produção cultural. Na prática, porém, a chamada estética das belas-artes tem concedido o papel de sujeitos a uns poucos privilegiados, atribuindo às obras um sentido fixo e à comunicação artística um caráter unidirecional e autoritário: dos sujeitos criadores aos espectadores passivos (CANCLINI, 1980, p. 39).

Alguns obstáculos, a nosso ver, precisam ser superados para o desenrolar de uma cidadania cultural. Estes obstáculos existem no processo de apropriação da cultura e na prática do trabalho de criação, esferas básicas para a viabilização da cidadania cultural.

Um dos principais problemas para a apropriação da cultura está no processo da formação do gosto e suas consequências no processo de valorização da arte. A valorização da arte é o fator determinante para instigar a atenção e posterior retenção da informação artística, porém esta tem sido dificultada porque o processo de atribuições de valores na estética das belas artes perpassa pelas discussões sobre a imanência da arte do prestígio do artista como gênio, variáveis que não são contempladas no universo cultural da maioria dos cidadãos, sendo, na verdade, um legado ideológico do romantismo. Estas variáveis são determinadas pela apropriação de um discurso distanciado para a grande parte da população e acessível para uma restrita elite cultural.

A produção artística, por outro lado, é dificultada porque ideologicamente veicula a concepção de quem produz arte é aquele que tem talento e que recebeu um dom para ser artista. Ora, sabemos que o dom ou talento deveria ser distribuído indiscriminadamente sem obedecer a certos critérios, no entanto, recentes pesquisas sociológicas constataram que o dom ou o talento não são repartidos igualmente nas classes sociais, pois...

[...] as classes favorecidas abundam em indivíduos detentores dessas capacidades; as classes sociais mais baixas, pelo contrário, só possuem tais indivíduos em proporção reduzida. Tudo se passa como se o dom gratuito do talento e o acaso do gênio não fossem na realidade nem gratuitos nem fortuitos, mas claramente determinados pelo critério sociológico (PORCHER, 1992, p.14).

A implementação da cidadania cultural perpassa pela superação destes obstáculos, contemplando ações mobilizadoras que garantam o direito à informação e à produção artística. Dentre estas ações, é importante destacar, a luta por uma educação estética e artística de qualidade e a existência paralela de serviços e espaços para a veiculação, difusão da informação e execução artística. Nesta perspectiva, as escolas públicas, devem ser vistas como as instituições que têm a função de atender a toda a sociedade indiscriminadamente e funcionarem como “mediadoras” do acesso à informação e ao fazer artístico.

Uma educação estética e artística de qualidade pode comprovar que: “o imediato é, na verdade, mediado, a sensibilidade é construída; o talento pode ser formado, a inspiração adquirida, a emoção preparada, o dom não passa de uma maneira de denominar provisoriamente um processo que não é misterioso mas que não sabemos ainda explicar” (PORCHER, 1992, p.14-5).

Portanto, a implementação da cidadania cultural é possível, a partir do momento que toda a sociedade passe a pleitear o direito à informação artística, tendo como base a existência dos diversos serviços que veiculam a informação, bem como o acesso à fruição cultural pela constância de eventos que promovam atividades culturais e artísticas, entendendo que a escola, desde cedo, pode desmistificar os discursos “complexos” da elite e as concepções carismáticas da produção artística.

## ***INFORMATION, CITIZENSHIP AND ART: links in the quest for emancipation***

### ***Abstract***

*This article analyses the evolution of the trajectory of information, based on the concepts of culture classified by Thompson (1995) as: classical, descriptive, symbolic and structuralist or contextualised. In addition, it discusses,*

*synthetically, the implications of information as an object of scientific study and its theoretical developments. We outline a conceptual analysis of citizenship starting with the Greek polis, the French Revolution and the relation between communism and capitalism and conclude with citizenship as understood from the perspective of the media or from a planetary perspective and its contemporary development. After a reflection on information and citizenship, reflexes of these questions are discerned in the area of arts, recognising the contributions of Umberto Eco and Max Bense to the construction of a scientific theory of aesthetic information, based on semiotics. We conclude with a brief discussion on cultural citizenship and the principal obstacles which have to be overcome for an effective relationship between information, citizenship and art.*

**Keywords**

INFORMATION

CULTURE

CITIZENSHIP

ART

CULTURAL

CITIZENSHIP

SEMIOTICS

AESTHETIC INFORMATION

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARBOSA FILHO, Manoel. **Introdução à pesquisa:** métodos, técnicas e instrumentos. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

BARILLI, Renato. **Curso de estética.** Trad. Isabel Teresa Santos. Lisboa: Estampa, 1994.

BENSE, Max. **Pequena estética.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.

CANCLINI, Néstor Garcia. **A socialização da arte:** teoria e prática da América Latina. São Paulo: Summus, 1980.

\_\_\_\_\_. **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo & política:** teoria bíblica e prática histórica. 2.ed. São Paulo: Vinde, 1988.

CHAUI, Marilena. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. In: São Paulo. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. **Cidadania cultural em ação 1989/1992.** São Paulo, 1992.

COUTO, Hildo Honório do. **Uma introdução à semiótica.** Rio de Janeiro: Presença, 1983.

DEMO, Pedro. Cidadania e emancipação. **Rev.Tempo Brasileiro,** Rio de Janeiro, v. 100, p. 53-72, jan./mar.1990.

- ECO, Umberto. **Obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- FERNANDES, Geni Chaves. O objeto de estudo da ciência da informação. **Informare**. Cadernos Prog. Pós. Grad. Ci.Inf., Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.25-30, jan/jun.1995.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GILBERT, Rob. Cidadania, educação e pós-modernidade. In: **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- MACHADO, Arlindo. **Máquina e imaginário: o desafio das poéticas tecnológicas**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1996.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional-construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, s/d.
- \_\_\_\_\_.Cultura da modernidade: discussões e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.115-137, 1994.
- MOSTAFA, Solange Puntel. A ciência da Informação. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.4, p.22-27, out./dez. 1994.
- PACHECO, Leila S. “A Informação enquanto Artefato”. **Informare**. Cadernos Prog. Pós-graduação, Ci. Inf., Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.20-24, jan./jun. 1995.
- PORCHER, Louis. **Educação artística: luxo ou necessidade?**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1982.
- RABAÇA, Carlos Alberto, BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Ática, 1995.
- RIBEIRO JR., João. **O que é positivismo** 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia** . 3. ed. São Paulo: Brasilise, 1990.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. **R. Esc.Biblioteconomia UFMG**. Belo Horizonte, v.20, n.2, p.149-160, jul./dez. 1991.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.